

O CRÉDITO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ, BRASIL

RURAL CREDIT IN THE FAMILIAR ACRICULTURE OF THE MESOREGION WEST OF PARANA, BRAZIL

SÉRGIO LUIZ KUHN¹
DARCY JACOB RISSARDI JUNIOR²

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar o crédito rural utilizado pelos produtores rurais, sob agricultura familiar, nas pequenas propriedades com até 4 módulos fiscais da Mesorregião Oeste do Paraná. Especificamente, busca-se caracterizar o perfil dos produtores rurais, modalidades de crédito, atividades econômicas, agentes financeiros, contribuições/retornos e tendências. Para tal, a pesquisa se baseia em uma metodologia de caráter exploratória e descritiva, considerando dados quantitativos e qualitativos obtidos de fontes primárias através de um questionário aplicado a uma amostra 113 pequenos produtores rurais e de fontes secundárias, em bibliografias e relatórios. Como resultados da pesquisa, constatou-se que o uso do crédito ocorre na agricultura e pecuária, na forma de custeio e investimento, via programas de empréstimos, financiamentos e consórcios, destacando-se o Pronaf, Mais Alimentos e Pronamp e outros. Note que esse suporte financeiro advém principalmente de instituições financeiras como o Banco do Brasil, Sicredi e Cresol.

Palavras chave: Crédito Rural. Agricultura familiar. Mesorregião Oeste do PR.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the rural credit used by the farmers in the context of familiar agriculture in small properties with less than 4 fiscal modules of the mesoregion west of Paraná. Specifically, this paper seeks to characterize the profile of the farmers, the modalities of credit used, the economical activities, financial agents, contributions/returns and tendencies. To this end, the research is based on a descriptive and exploratory methodology, considering quantitative as well as qualitative data obtained primarily from a questionnaire applied to 113 farmers and secondarily from technical references in the field. As research results, it has been observed an important use of credit in the agriculture and cattle raising, being either defrayal or investment, via loans, financing and consortia programs, such as "Pronaf", "Mais alimentos", and "Pronamp and others". Note that this financial support comes mainly from institutions like "Banco do Brasil", "Sicredi", and "Cresol".

Keywords: Rural Credit. Familiar Acriculture. Mesoregion West of Paraná.

Sumário: Introdução - 1 Desenvolvimento – 1.1 Agricultura familiar e no Paraná - 1.2 Crédito Rural - 1.3 Módulo Rural e Fiscal - 2 Resultados e discussões - 3 Considerações finais – Referências.

¹ Doutor e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE, Campus Toledo, PR. Professor FAG - Faculdade Assis Gurgacz, Cascavel, PR. E-mail: sergiolkuhn@gmail.com

² Doutor e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, UNIOESTE, Campus Toledo, PR. Administrador na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Medianeira. E-mail: darcyrissardi@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de um tema relevante, para o crescimento e desenvolvimento da economia regional, do Estado e do país. Foca-se no âmbito do crédito rural, seus resultados, retornos e perspectivas, entre outras. Para tal, busca identificar no contexto da propriedade rural as diferentes formas de crédito agropecuário, utilizados pelos minifúndios e pequenas produtores rurais, com até 04 módulos fiscais e os seus resultados, sob o regime de agricultura familiar na mesorregião Oeste do Paraná, Brasil.

O estudo justifica-se face a crescente necessidade de crédito para a produção, disponíveis para os pequenos produtores rurais na condução das suas propriedades; da manutenção de estoques de produção, para atender a demanda de consumo próprio e da venda dos excedentes, com viabilidade econômica, bem como, aos princípios do crescimento sustentável, entre outros.

O crédito vem gradativamente se tornando uma preocupação de governos, gestores, produtores, ante a sua viabilidade (receitas e custos), dependência, autossuficiência, impactos, perspectivas e outros. Diante do qual, como problema de pesquisa, questiona-se:

Quais são as diferentes formas de crédito em uso nas mini e pequenas propriedades rurais, sob agricultura familiar, na mesorregião Oeste do Paraná, Brasil?

Para tal, como objetivo geral, esta pesquisa busca "identificar as diferentes formas de crédito agropecuário no meio rural, sob agricultura familiar, das propriedades com até 04 módulos fiscais, da mesorregião Oeste do Paraná, Brasil.

E, como objetivos específicos: a) Caracterizar o perfil dos produtores, culturas exploradas e sua relação com a propriedade, na agricultura familiar; b) Levantar características de uso do crédito rural, utilizado pelos produtores rurais e c) Sugerir ações institucionais e profissionais de apoio e melhoria do crédito rural, para a agricultura familiar.

Assim sendo, justifica-se o presente estudo, em função da sua relevância na produção, via crédito rural, de necessidade passada, presente e futura, mediante o

fomento da produção agropecuária nas próprias propriedades, através do aproveitamento dos recursos e o suprimento das diferentes demandas dos produtores, entre outros.

Como procedimento metodológico o presente estudo pesquisa é exploratório e descritivo, com dados secundários, colhidos de fontes bibliográficas e de fontes oficiais e de dados primários, levantados diretamente com uma amostra de 113 pequenos proprietários rurais, dispersos em 40 municípios paranaenses, conforme Figura 1.

Compõem-se de dados quantitativos e qualitativos, obtidos junto a esses pequenos proprietários rurais, em pesquisa de campo efetuada via questionários pelos alunos do Curso de Agronomia e Veterinária da Faculdade Assis Gurgacz de Cascavel-PR.

Figura 1 – Mapa de Localização dos Produtores Rurais pesquisados



Fonte: IBGE, 2011

O instrumento de coleta de dados foi constituído de uma série ordenada de perguntas, que foram respondidas por escrito com e sem a presença do entrevistador. A metodologia empregada foi a de uma pesquisa, realizada através de técnica de interrogação, mediante a aplicação de questionário.

Conforme Chizzotti (2001), o questionário compreende-se de um conjunto de questões pré-elaboradas de forma sistemática e sequencial dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto em que os informantes saibam opinar ou informar. Portanto, é uma interlocução tecnicamente planejada.

Os resultados tabulados, observados os critérios definidos previamente, foram agregados e apresentados na forma de quadros, acompanhados de análises.

1 DESENVOLVIMENTO

Compreende-se da fundamentação teórica tendo seus assuntos ligados a agricultura familiar, o crédito rural e os módulos fiscal e rural e depois os resultados de pesquisa, conforme segue:

1.1 AGRICULTURA FAMILIAR E NO PARANÁ

Para Castilho e Ramos (2003, p. 46), e segundo Schneider (1999b), no ambiente acadêmico, trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993,1994), “mostraram que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos”.

Para o INCRA (2000), a agricultura familiar atende a duas condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor, e b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

Para Ferreira et. al (2001), em todos os países desenvolvidos, a produção agropecuária é sempre assegurada, em maior ou menor grau, pelas unidades familiares. Isso legitima-se econômica e socialmente como forma social de produção com competência para satisfazer as necessidades essenciais tanto da sociedade como de seus integrantes.

A importância da agricultura familiar nestes países desenvolvidos não é decorrente de um passado camponês, mas sim de uma série de políticas organizativas advindas do Estado. Como exemplo Ferreira et. al (2001), cita o caso

da União Europeia, onde o governo tem sido exemplar na implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar, atuando na organização de seus mercados, intervindo e regulando a ocupação de terras, induzindo à generalização de determinados padrões tecnológicos, pautando sobre o que produzir e em qual quantidade, por meio da alocação de recursos / fundos públicos de sustentação do processo produtivo, implementando políticas de capacitação e qualificação, bem como, de reciclagem da mão de obra, etc.

Diante dessa realidade constata-se que parte expressiva dos recursos e subsídios à agricultura destes países tem, entre outros, como objetivo incentivar e sustentar a agricultura familiar, mantendo as ocupações no campo e em contrapartida diminuindo o fluxo migratório aos centros urbanos.

A agricultura familiar por sua vez no Paraná, como reflexo do que ocorre no país, notabiliza-se por uma grande heterogeneidade de formas de produção, e tecnologias. O papel do Estado neste segmento é transformar, principalmente através de políticas públicas, unidades produtivas familiares tradicionais em modernas unidades de produção, viáveis econômica e socialmente.

Diferentes estudos apontam que, nas regiões onde há um maior desenvolvimento da atividade agropecuária, existe predominância da agricultura familiar e organização social, comparadas às demais formas de produção e de empreendimentos agrícolas em geral.

Estes estudos corroboram com análise do IPARDES (2011), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, constatando que no Paraná dos 371.051 estabelecimentos agropecuários existentes, 81,63% se enquadraram na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Também respondem por 43% do Valor Bruto da Produção (VBP) do estado e, principalmente, abrigam 70% do pessoal ocupado.

O referido levantamento identifica, ainda, que o Paraná apresentou percentuais de estabelecimentos de agricultura familiar próximos aos do Brasil e da região Sul, ambos com 84,4%.

Dos 302.907 estabelecimentos da agricultura familiar no Paraná, 64,8% são proprietários; 5,7% encontram-se na condição de arrendatário e 3,1% são assentados sem titulação definitiva.

Ao analisar os resultados é necessário ter presente que esse comportamento está associado a dinâmicas socioeconômicas e processos históricos de ocupação e colonização.

Cerca de 70% do pessoal ocupado na agropecuária do Paraná estão na agricultura familiar, o que corresponde a mais de 1,1 milhão de pessoas. As regiões Oeste (Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu) e Sudoeste (Francisco Beltrão e Pato Branco) lideram em termos do número de ocupados na agricultura familiar. No Oeste, são 110 mil ocupados nesta condição e no Sudoeste, mais de 107 mil trabalhadores. Em termos relativos, o Sudeste detém o maior percentual de ocupados, 85,6%. Já a maioria de ocupados não familiar estão na região Norte Central (Londrina e Maringá), com 90.047 pessoas ocupadas (IPARDES, 2011).

1.2 CRÉDITO RURAL

De acordo com o Ministério da Agricultura (2015), o Crédito Rural abrange recursos destinados a produtores rurais e cooperativas ou associações de produtores rurais, para o custeio (cobrir despesas habituais dos ciclos produtivos, da compra de insumos à fase de colheita), investimento (em bens ou serviços duráveis, por muitos anos) e de comercialização (a venda e o abastecimento e levem o armazenamento da colheita nos períodos de queda de preços), cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito.

Ainda, para se obter o crédito, o tomador deve ser idôneo, apresentar um projeto, plano ou orçamento que justifique o valor pedido são também beneficiárias do crédito rural empresas agropecuárias de pesquisa ou produção de mudas, sementes e de sêmen para inseminação artificial, de prestação de serviços

mecanizados e inseminação artificial e outras companhias com finalidade comercial no ramo da pesca, aquicultura, medição de lavouras e atividades florestais e outras.

Lembrando que, ano a ano, o governo federal tem alocado cada vez mais recursos para o crédito rural. A maior parte do dinheiro destina-se ao de custeio para cobrir os gastos rotineiros com as atividades no campo, tomado diretamente nos bancos ou por meio das cooperativas de crédito, integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.

O Programa de Crédito Rural, de acordo com Sayad (1984), busca incentivar a produção agrícola, proteger os pequenos produtores rurais e promover a “modernização da agricultura”.

Além disso, o Programa de Crédito Rural visava também oferecer uma parcela maior de recursos financeiros à agricultura, já que os bancos comerciais privados não vinham atendendo ao setor satisfatoriamente. O diagnóstico que se fez na época do estabelecimento do Programa de Crédito Rural, em 1965, era que o fator limitante a um melhor desempenho agrícola residia numa oferta instável e pequena de recursos financeiros.

Os prazos, as taxas de juros e os encargos, a finalidade e o plano de produção variam conforme a fonte de recursos, dependem das fontes de recursos que darão suporte ao financiamento.

Em relação à modernização da agricultura brasileira, Belik e Paulillo (2009), afirmam que o período de maior crescimento e intensificação deu-se com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965.

Porém, por outro viés, o pacote tecnológico americano adotado, de insumos e extensão rural, valorizando a produção em larga escala e o consumo de massa, com a Revolução Verde, da mecanização agrícola e altas produtividades, provocou o êxodo rural, tendo de um lado a concentração de terras e do outro a elevada urbanização da população nas cidades.

1.3 MÓDULO RURAL E FISCAL

O conceito de módulo rural é importante nas atividades do INCRA, constituindo uma unidade de medida, expressa em hectare, que busca refletir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica do imóvel rural, a forma e as condições do seu aproveitamento econômico. Deriva do conceito de propriedade familiar, que nos termos do inciso II, do artigo 4º da Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), entende-se como: "o imóvel rural que, direta e pessoalmente, explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com ajuda de terceiros".

O módulo rural, calculado para cada imóvel a partir dos dados constantes no cadastro de Imóveis Rurais no SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural - gerenciado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é considerada uma unidade de medida que permite estabelecer uma comparação mais adequada entre os imóveis rurais, pois leva em consideração outros atributos do imóvel, além de sua dimensão.

Aplicações do módulo rural - O módulo rural é utilizado para: determinação da Fração Mínima de Parcelamento - FMP, que corresponde à área mínima que uma área rural pode ser fracionada no Registro de Imóveis, para fins de transmissão; enquadramento sindical rural dos proprietários, com base no número de módulos rurais calculado; limitação da aquisição de imóvel rural por estrangeiro, pessoa física ou jurídica; definição do universo de beneficiários do antigo Banco da Terra, atual Crédito Fundiário e parâmetro bancário de área penhorável.

Já o módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que leva em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada e conceito de propriedade familiar.

A classificação dos Imóveis, serve de parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto a sua dimensão, de conformidade com art. 4º da Lei nº

8.629/93, sendo: Minifúndio: imóvel rural de área inferior a 1 (um) módulo fiscal; Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; Média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais e a Grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais

Assim, com base nos diferentes autores e abordagens, se procederá a apresentação dos resultados da pesquisa, suas análises e conclusões, conforme segue.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa reuniu 113 produtores rurais da mesorregião Oeste do Paraná, envolvendo minifúndios e as pequenas propriedades rurais, sob o regime da agricultura familiar, possuindo no máximo 29,75 alqueires ou 72 hectares de terras, que correspondem ao enquadramento máximo de 0 (zero) até 04 (quatro) módulos fiscais, classificação utilizada pelo Banco do Brasil na Agricultura Familiar, sendo:

Quadro 1. Módulos Fiscais e Produtores Rurais pesquisados:

Especificação	01 módulo	02 módulos	03 módulos	04 módulos
Área em alqueires	7,44	14,88	22,32	29,75
Área em hectares	18	36	54	72
N. de Pesquisados	13	33	31	113
% de Participação	12%	29%	27%	32%

Fonte: Dados da Pesquisa

Da caracterização do perfil dos produtores rurais pesquisados, identificou-se que os mesmos foram todos do gênero masculino, dos quais 80% são casados e 5% viúvos. Do total, 68% residem no meio rural, na sua respectiva propriedade, enquanto que 32% na zona urbana.

Dos 40 municípios pesquisados, destacam-se pela frequência da participantes: Cascavel, Cafelândia, Guaraniaçu, Nova Aurora, Lindoeste, Corbélia, Céu Azul, Medianeira, Campo Bonito, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Anhy, São

Miguel do Iguçu, Realeza, Vera Cruz do Oeste, Palotina, Rio Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Diamante do Oeste, Matelândia, entre outros.

Os produtores rurais são proprietários da terra, com atuação profissional familiar e em parceria e, poucos são também arrendatários de terras. Trabalham na propriedade em maior constância, os pais com os seus filhos, utilizando-se também de pequena força de trabalho de terceiros empregados.

Os produtores rurais exploram diferentes atividades, sendo nas agrícolas por ordem de maior frequência, a produção das culturas de soja, milho, trigo, feijão, mandioca, fumo, aveia, café, arroz, pipoca, cevada, triticale, hortaliças, palmito/pupunha, etc. Na pecuária, as atividades de produção de leite e gado de corte, aves, suínos, peixes, ovelhas, mel, equinos, caprinos e coelhos. Também outras atividades como a de extração e exploração vegetal, a silvicultura, fruticultura, orgânicos e hortifrutigranjeiros, flores, entre outras. Outro aspecto que se comprova é que os minifúndios, as propriedades rurais de 01 módulo fiscal tem menos atividades de diversificação de produção agropecuária na propriedade, diferente dos demais módulos fiscais (02, 03 e 04), por possuírem mais áreas de terras, possuem também mais atividades diversificadas de produção agropecuária em geral.

Quadro 2. Atividades de origem da principal renda rural:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc	II M.Fisc	III M.Fisc	IV M.Fisc	TO- TAL	% PAR
Agricultura, lavoura, grãos, fumo e horta	3	15	21	29	68	60%
Pecuária: leite, aves, gado, peixes, suínos	10	18	10	7	45	40%
TOTAL	13	33	31	36	113	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com os produtores rurais pesquisados, os mesmos tem a sua renda oriunda da propriedade rural, vindo 60% atividade agrícola, envolvendo principalmente as lavouras de cereais, grãos de: soja, milho, trigo, feijão e outras, também de fumo e da produção de hortaliças, enquanto que, para os demais 40% dos produtores rurais obtém-na da atividade pecuária, envolvendo a produção de leite, aves/frangos, gado de corte, piscicultura e de suínos.

Destaca-se também que, no âmbito geral, prioritariamente a produção da renda vem, especificamente na agricultura, da produção de cereais, das lavouras das culturas de grãos de soja, milho e trigo, enquanto que, na pecuária, do leite e o de aves/frangos.

Vale destacar que, até 02 módulos fiscais, a renda oriunda da pecuária, da produção primária *in-natura*, é amplamente superior a agrícola, invertendo-se nos módulos fiscais 03 e 04, o que reforça a necessidade da agricultura familiar explorada por diferentes culturas, buscando um equilíbrio nas atividades de produção e renda, para a redução dos riscos, os efeitos de intempéries do tempo, oscilações de mercado, entre outros.

No entanto, observa-se que a renda depende muito das diferentes atividades exploradas pelos produtores rurais, cujo incremento melhor se dá atualmente pela produção pecuária em geral, envolvendo aves, leite, suínos, bovinos, peixes, entre outros, por meio da diversificação da propriedade rural.

Quadro 3. Objetivos das explorações agropecuárias:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc.	II M.Fisc.	III M.Fisc.	IV M.Fisc.	TO- TAL	% PART.
A melhoria da qualidade de vida e bem estar	8	16	13	13	50	28%
Produção de escala (grandes quantidades e produtividades)	2	3	11	11	27	15%
Formação de renda e da riqueza	2	5	6	11	24	13%
Produção para subsistência: arroz, feijão, mandioca, milho	4	5	6	5	20	11%
A venda dos excedentes	3	8	6	2	19	11%
A produção primária, in-natura, natural	1	9	2	5	17	10%
O auto-consumo	1	6	2	1	10	6%
A agregação de valor ao produto	2	2	4	2	10	6%
Venda de cereais e carnes (frango)	1	0	0	0	1	1%
TOTAL DE SUGESTÕES	24	54	50	50	178	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Constata-se de acordo com o quadro que, diversos são os objetivos dos produtores rurais, buscando-se em primeiro lugar a melhoria das condições de vida, com maior qualidade e bem estar; a formação da renda e da riqueza no âmbito econômico, sendo necessária a produção primária, *in-natura* em maior escala, da produtividade com gradativa incorporação de diferentes tecnologias nas culturas

agrícolas, pecuárias, agroindustriais e outras, para a subsistência e sobrevivência, o auto-consumo e a venda dos excedentes de produção, se possível com agregação de valor.

No entanto, possuem também outras fontes de rendas, 20% dos produtores rurais pesquisados, além do rural, tendo vínculo, de diversas ocupações e profissões.

Quadro 4. Outro vínculo empregatício, além do rural:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc.	II M.Fisc.	III M.Fisc.	IV M.Fisc.	TOTAL	% PART.
Sócio	1	2	3	1	7	30%
Contratado / funcionário	1	1	3	1	6	26%
Proprietário	0	2	1	2	5	22%
Administrador / gestor	1	1	1	0	3	13%
Estagiário	1	0	1	0	2	9%
TOTAL	4	6	9	4	23	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Pelo quadro dos outros vínculos e ocupações, destacam-se a participação societária e ou proprietária, vínculo como contrato formal de trabalho, a posição de administrador e ou gestor, bem como, de estagiário. Ou então, atuando como profissional, na forma de engenheiro, técnico, ou então, vice-prefeito e ou secretário municipal na prefeitura, professor, vendedor, autônomo ou diarista, ou outro.

Os respectivos produtores rurais nestes outros vínculos laborais estão ligados, 45% ao setor primário, ao agropecuário da economia, envolvendo a produção e colheita de cereais, bovinocultura leiteira e de corte, a avicultura, arrendamento rural e outros; 45% ao setor de terciário ou de serviços, ou seja, ao comércio, prestação de serviços em geral, administração de serviços públicos, transporte, construção civil, serviços em máquinas agrícolas, locação imobiliária e por fim, 5% ao setor secundário (indústria).

Sobre o crédito rural, no “passado” os produtores rurais, utilizaram-se de financiamento, empréstimos e consórcios, dos diversos programas do governo e enquadramentos, por prioridade, nas seguintes linhas de crédito, de PRONAF, PROGER e hoje PRONAMP, PRONAF E PRONAMP MAIS ALIMENTOS, FINAME, PRONAFINHO C e A, PANELA CHEIA, PRÓLEITE, e outros em menor escala.

Destinavam-se na agricultura para o custeio agrícola, principalmente das culturas de: soja, milho, trigo, feijão, café, mandioca, hortaliças, entre outros, enquanto que na pecuária, para a bovinocultura de leite, de corte e de pastagem, para a avicultura, piscicultura, entre outros.

Quadro 5. Finalidades do crédito rural utilizado no passado:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc.	II M.Fisc.	III M.Fisc.	IV M.Fisc.	TOTAL	% PART.
Agricultura, lavouras, cereais, máquinas e implementos	11	27	30	46	114	72%
Pecuária, animais, rebanhos e máquinas e implementos	6	18	11	9	44	28%
TOTAL	17	45	41	55	158	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo como quadro constata-se que a utilização do crédito rural no passado em maior escala voltado a agricultura, na produção de grãos e de máquinas e equipamentos em geral, verificado por 72% dos pesquisados, enquanto que, para a pecuária corresponde 28% dos recursos do crédito.

Os bancos mais utilizados na liberação dos créditos rurais foram os agentes financeiros e creditícios, do Banco do Brasil, Sicredi, Cresol, BNDES, Banestado, Banco Bradesco e também a Credicoopavel, Credicoamo e as próprias indústrias fabricantes das máquinas, como a New Holland e outros.

No presente e em andamento, o crédito rural para a agricultura familiar tem-se realizado através dos muitos e principais programas, como o PRONAF e PRONAF Mais Alimentos e depois ao PRONAMP, antigo PROJAGR depois pelo Trator Solidário, Moderfrota, Finame, Moderagro, PIN, Proirriga, Veículos com desconto para Produtor Rural, entre outros, direcionados para a agricultura e a pecuária, tanto a nível de custeio da produção como de investimento.

Quadro 6. Finalidades do crédito rural no geral:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc.	II M.Fisc.	III M.Fisc.	IV M.Fisc.	TOTAL	% PART.
Agricultura, lavouras, cereais, máquinas e implementos agrícolas em geral	14	39	29	43	125	84%
Pecuária, animais, rebanhos e máquinas e implementos em geral	4	11	3	5	23	16%
TOTAL	18	50	32	48	148	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o quadro, percebe-se que a destinação dos recursos do crédito rural continua sendo maior para a agricultura em geral, na ordem de 84%, envolvendo o custeio agrícola, das culturas da soja, milho e do trigo e os investimentos em máquinas e equipamentos em geral, enquanto que, 16% dos recursos são voltados a pecuária, envolvem a bovinocultura de leite e de corte, bem como, a avicultura, entre outros.

Os agentes financeiros do crédito rural mais utilizados são pela ordem o Banco do Brasil, a Sicredi, Cresol, Bradesco, Banco Itaú, Credicoopavel e Credicoamo, entre outros.

Quadro 7. Modalidades do Crédito Agropecuário:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc.	II M.Fisc.	III M.Fisc.	IV M.Fisc.	TOTAL	% PART.
Custeio Agrícola e Pecuário	7	25	19	21	72	64%
Investimento(s)	8	16	12	19	56	50%
Não utilizam o Crédito Agropecuário	1	5	7	4	17	15%
TOTAL	16	46	38	44	144	
TOTAL DE PESQUISADOS	13	33	31	36	113	78%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o quadro verifica-se que o uso do crédito é prioritariamente voltado ao custeio da produção, tanto agrícola quanto pecuária, na ordem de 64% dos pesquisados e para investimento em estrutura física, máquinas e equipamentos, plantel animal ou outro, é para 50% dos produtores rurais.

No entanto, vale salientar também que aproximadamente 15% dos pesquisados não utilizam as linhas de crédito e financiamento disponíveis, junto aos diversos agentes financeiros, tanto para o custeio como para o investimento,

atuando então assim com recursos próprios, em suas diversas atividades de produção agropecuária.

Quadro 8. Programas de créditos mais utilizados:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc.	II M.Fisc.	III M.Fisc.	IV M.Fisc.	TOTAL	% PART.
PRONAF – Progr .Nac. de Fortalecimento Agric. Familiar	8	24	25	22	79	70%
PRONAMP - Progr.Nac.Apoio ao Médio Produtor Rural	1	8	10	11	30	27%
PRONAF MAIS ALIMENTOS	6	7	5	12	30	27%
TRATOR SOLIDÁRIO	1	6	11	5	23	20%
MODERFROTA - Progr. De Modernização Frota	1	2	3	6	12	11%
PROIRRIGA - Progr. de Incentivo Irrigação e Armaz.		1		1	2	2%
PROSOLO - Progr.Incentivo Uso Corretivos Solo			1	1	2	2%
MODERAGRO - Progr.Mod.Agric.Conserv.Rec.Nat.	1		1		2	2%
Programa Minha Casa e Minha Vida	2				2	2%
MODERINFRA – Progr de.Apoio Agric.Irrigada		1			1	1%
PAA - Progr.Aquisição Alimentos Agri.Familiar		1			1	1%
Progr.Preservação Permanente Agro-Florestais				1	1	1%
Aquisição de Veículos como Produtor Rural	1				1	1%
SISVÁRZEA - Progr. Sistematização Várzeas						0%
PROAZEM - Progr.Incentivo Constr. Moderniz.						0%
Não utilizam o Crédito Agrícola/Pecuário	1	5	7	4	17	15%
TOTAL DE PROGRAMAS UTILIZADOS	21	50	56	59	186	100%
TOTAL DE PESQUISADOS	13	33	31	36	113	

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o quadro, percebe-se dos diversos programas de crédito rural mais utilizados pelos produtores rurais sob a agricultura familiar, destacam-se o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e suas diversas modalidades, com a maior procura, sucedido pelo PRONAMP, Trator Solidário e o Moderfrota, entre outros.

Para o futuro, a pretensão dos produtores rurais sob agricultura familiar quanto ao crédito agrícola e pecuário, manifestam continuarem fazendo o uso do mesmo, no custeio para a produção de cereais/grãos e também no de investimentos, sendo como prioridades indicadas a avicultura, envolvendo a construção de um novo aviário, ou a sua ampliação e ou a manutenção do mesmo; a bovinocultura de leite, com novas e mais matrizes; a suinocultura; a piscicultura; a melhoria dos maquinários agrícolas, como trator, colheitadeira e os equipamentos em geral; as instalações e a infra-estrutura rural, a modernização da frota e a aquisição de carro utilitário; a conservação do solo e se possível, a ampliação da área de plantio, entre outros.

Dos diversos programas de crédito disponíveis o PRONAF é o mais indicado pelos produtores rurais, através pesquisa, sucedidos pelo PRONAMP, Pró-irriga, Minha Casa e Minha Vida, entre outros.

Quadro 9. Mecanismos de proteção:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fisc	II M.Fisc	III M.Fisc	IV M.Fisc	TOTAL	% PART
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária	9	27	27	22	85	75%
Seguro de Sinistro Rural		4	4	10	18	16%
Proteção de Preços, contratos <i>Hedge</i> e ou Opção na Bolsa de Mercadoria e Futuros		1	3	4	8	7%
Não Utiliza o Proagro ou Seguro Agrícola	4	2		4	10	9%
TOTAL DE SUGESTÕES	13	34	34	40	121	
TOTAL DE PESQUISADOS	13	33	31	36	113	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o quadro, constata-se que a grande maioria dos produtores rurais protege-se das intempéries que podem comprometer a safra, dos fenômenos naturais, como a geada, a seca, chuvas excessivas, pedras ou granizo, ou outro, de pragas e doenças, que atingem plantações e rebanhos. A modalidade PROAGRO é a mais utilizada, por 75% dos pesquisados, seguida do seguro agrícola, por 16%, salientando que vários produtores fazem uso dos mesmos, as vezes de forma concomitante, enquanto que os contratos de proteção *Hedge* e de Futuros na Bolsa de Mercadorias, ainda registram pouca utilização.

Salienta-se que 9% dos produtores rurais não utilizam o Proagro e ou o Seguro Agrícola, correndo as perdas das lavouras e atividades agropecuárias, por conta e risco dos mesmos.

É bom informar que o Proagro foi criado pela Lei 5.969/1973 e regido pela Lei Agrícola 8.171/1991, ambas regulamentadas pelo Decreto 175/1991. Suas normas são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e codificadas no Manual de Crédito Rural (MCR-1, que é divulgado pelo Banco Central do Brasil. O mesmo é custeado por recursos alocados pela União e dos recursos provenientes da contribuição que o produtor rural paga (o adicional / prêmio do Proagro) obrigatório quando de custeio agropecuário do pequeno produtor rural.

Visando atender aos pequenos e médios produtores rurais, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) garante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam as plantações e os rebanhos, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Quadro 10. Avaliação da contribuição das linhas de crédito, no desempenho agropecuário:

ESPECIFICAÇÃO	I Mód.Fisc.	II Mód.Fisc.	III Mód.Fisc.	IV Mód.Fisc.	TOTAL	% PART.
Melhorou	11	27	23	28	89	82%
se manteve	1	5	5	4	15	14%
indiferente	1	1	1	2	5	5%
diminuiu						0%
piorou						0%
TOTAL	13	33	29	34	109	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o quadro verifica-se que 82% dos produtores rurais pesquisados, manifestam que os recursos do crédito rural contribuíram e melhoraram o desempenho da atividade de produção agropecuária, realizando investimento e com isto obtendo crescimento na propriedade, da renda, com as variedades, tecnologias e insumos modernos; uma melhor produtividade e qualidade, bem como, da produção, com melhores ganhos, lucros, economia e por sua vez melhor qualidade de vida, conforto e bem-estar na propriedade.

Possibilitou também a melhoria da estrutura física da propriedade, bem como, dos maquinários e equipamentos, do plantel pecuário, da mecanização da produção, agilidade e mobilidade do trabalho, da sua forma e produção, etc.

O crédito mais acessível, taxas de juros mais atraentes, de acordo com a classificação dos produtores, priorizando os minifúndios e os pequenos produtores rurais, permitiu a maior diversificação da propriedade rural, qualificação e especialização dos produtores rurais e tornando o crédito sustentável, viável, quando aplicado correta e adequadamente.

Por outro lado, para uma parte, o crédito manteve o desempenho, ou ficou indiferente, enquanto que outros não utilizam as linhas de crédito disponíveis.

Quanto as questões burocráticas, trâmites e exigências dos agentes financeiros, para a análise e liberação dos créditos agropecuários, pela contratação dos contratos dos diversos programas disponíveis, os produtores rurais, se manifestam positiva e negativamente.

Os desfavoráveis, que compreendem 50% dos pesquisados, apontam negativamente, que o processo é burocrático, difícil, de muitas exigências e documentos, trâmite demorado e extenso, complicado, rigoroso, e atrelado a venda casada de Ourocap, seguro ou outro. Que muitos usufruem do benefício das linhas de crédito, mesmo não se enquadrando ao mesmo.

Já os favoráveis, 20% dos pesquisados, apontam positivamente que, o processo e o acesso são fáceis, facilitados, adequados; que as exigências são necessárias, essenciais, boas, tranquilas, sem complicação; que as normas são normais e ideais para o enquadramento dos produtores rurais e para a segurança para ambas as partes, e que em poucos dias, os recursos são liberados, entre outros. Ressalta-se também que, uma grande parcela, composta de 30% dos produtores rurais, não emitiu parecer sobre este questionamento.

Quadro 11. Tendências do agronegócio sob agricultura familiar:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fis	II M.Fis	III M.Fisc	IV M.Fis	TO- TAL	% PAR
Os grandes e médios produtores continuarão se fortalecendo e engolindo os pequenos produtores	6	11	11	21	49	43%
Melhoria da qualidade de vida da população rural no campo	4	12	15	12	43	38%
Maior diversificação das atividades rurais nas propriedades	5	11	11	14	41	36%
Êxodo Rural continuará com a saída de mais população do campo para a cidade e ou, para outras regiões	3	12	12	8	35	31%
Concentração econômica das terras rurais continuará em menos proprietários no rural/campo	6	13	3	9	31	27%
Manutenção do homem no campo, com a sua família	3	7	5	8	23	20%
Poliatividades - crescimento no campo para gerar renda / emprego		8	5	8	21	19%
Atração de maior população para o meio rural, com a família	2	3	3	2	10	9%
Empobrecimento da(s) família(s) rural(is)	1	3	1	1	6	5%
Só com apoio o pequeno produtor sobrevive, com preços mínimos, financiamento, subsídios	1				1	1%
Os pequenos produtores vendem as suas terras para os grandes produtores		1			1	1%
A diversificação contribui para viabilização e manutenção do homem no campo		1			1	1%
Crédito fundiário			1		1	1%
As linhas de crédito melhoram o rendimento e a qualidade de				1	1	1%

vida do agricultor						
Linhas de crédito ainda são ineficientes para a solução dos problemas	1				1	1%
Com as linhas de crédito, aumenta o endividamento e o risco do produtor				1	1	1%
A extensão rural deve ser ampliada para a diversificação, produtividade e manutenção do agricultor				1	1	1%
TOTAL	32	82	67	86	267	
TOTAL DE PESQUISADOS	13	33	31	36	113	100%

Conforme o quadro verifica-se que a preocupação dos pequenos produtores rurais é quanto a continuidade da concentração das terras, em que os médios e grandes produtores continuarão comprando os minifúndios e pequenas propriedades rurais, em virtude do empobrecimento das famílias no campo, não viáveis, ou com menos acesso aos recursos e apoio oficiais, aos filhos que não querem dar continuidade as atividades dos pais nos campo, entre outros, ocorrendo gradativamente o êxodo rural.

Por outro lado, parte dos produtores acreditam que, há uma melhoria no campo, com a diversificação das atividades na propriedade, as poli-atividades, as linhas de crédito e financiamento, o apoio dos órgãos oficiais e empresas e cooperativas do setor, a viabilização, o que se reflete na renda e no bem-estar e com isto, na manutenção do homem no campo, com a sua família.

Quadro 12. Tendências dos filhos quanto ao futuro:

ESPECIFICAÇÃO	I M.Fis	II M.Fis	III M.Fis	IV M.Fis	TO- TAL	% PART
Permanecer na empresa ou área onde trabalha(m), com perspectivas de cresce e ampliar as atividades	3	8	6	11	28	25%
Permanecer / continuar no mesmo setor ou área atual, no rural / no campo	2	5	7	9	23	20%
Trabalhar com a família, com os negócios agrícolas, pecuários ou outros da família	2	11	4	6	23	20%
Abrir / criar o seu próprio negócio, ser um empreendedor	4	7	6	6	23	20%
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	4	3	8	6	21	19%
Buscar um concurso público p/o trabalho profissional	1	5	9	3	18	16%
Mudar de setor, área, segmento de atividade	0	3	3	2	8	7%
Ir para a cidade	1	1			2	2%
Continuar na propriedade rural e também com empresa de transportes	1	1			2	2%
Não tem filhos		1	1	1	3	3%
Filhos estão no ensino fundamental				1	1	1%
TOTAL	18	45	44	45	152	
TOTAL DE PESQUISADOS	13	33	31	36	113	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme o quadro, constata-se em bons percentuais, que os filhos tendem a permanecer na empresa, na atividade atual, no rural, de trabalharem com a família e os seus negócios, melhorando e ampliando-os.

Outra parcela menor, será empreendedora de seu próprio negócio, continuará se especializando e ou, prestará concurso público, irá para o meio urbano, mudará de setor ou segmento de atividade.

Por fim, questionados sobre as suas sugestões para a melhoria do crédito rural, ao fomento e apoio para a agricultura familiar, os mesmos se voltaram por prioridade, para as seguintes questões:

a) Burocracia: tendo menos exigências, com documentos, sendo mais fácil, rápido, ágil no trâmite e análise do crédito e das liberações dos recursos.

b) Ajudar com crédito, apoio, incentivo, fomento, que precisam. Já ajudou muito, melhorou e pode ser mais e melhor.

c) Taxas de juros mais acessíveis, atraentes, mais baixas, para os pequenos produtores rurais; rever, reavaliar as mesmas, atrelados a programas mais longos de pagamento.

d) Produção com mais garantias, de preços, preços dos insumos, preços mínimos agrícolas e pecuários e outros.

e) Sistemas e banco de dados de cadastros de produtores rurais, nacionais e integrados, reduzindo documentos, fluxos, trâmites e demoras em geral.

f) Valorização do homem do campo, diversificado e viável, alcançando e atendendo a demanda e necessidades de maior número de produtores rurais, pelos diversos programas dos governos.

g) Cartilhas informativas das linhas de crédito, divulgação e de orientações gerais para os pequenos produtores rurais, entre outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados da pesquisa quanto aos seus objetivos, constata-se que, a atividade é conduzida pelo gênero masculino, sob agricultura familiar de estado civil casados, residente aproximadamente 70% na propriedade

rural, com área até 29,75 alqueires ou 72 hectares, explorando atividades agrícolas e pecuárias, sendo sua renda principal oriunda em 60% da agricultura e em 40% da pecuária.

A exploração rural do grande capital está voltada a produção em escala, o que se espera também em índices de produtividade da pequena propriedade, na formação da renda e do bem estar, na melhoria da qualidade de vida, priorizando na agricultura familiar a subsistência e autoconsumo e a venda do excedente. Aproximadamente 23% dos produtores rurais pesquisados possuem outra fonte de renda fora da propriedade, com vínculos laborais nos setores primários e terciários da economia, em cargo na iniciativa privada, pública, institucional ou outra.

Quanto ao crédito rural no passado, para 72% dos produtores rurais pesquisados, os recursos eram aplicados na agricultura e para 28% na pecuária, sendo os programas mais utilizados o Pronaf, Proger/Pronamp, Finame e Panela Cheia e outros. No setor agrícola as culturas mais beneficiadas foram a soja, milho, trigo, feijão, café, mandioca e os hortigranjeiros, enquanto que na pecuária, foi a bovinocultura de leite, corte e pastagem, aves e peixes. Os agentes financeiros mais utilizados no crédito foram o Banco do Brasil, Sicredi e Cresol.

Na atualidade o crédito rural atende aos produtores rurais, em 84% na agricultura e 16% na pecuária, principalmente através dos programas do Pronaf, Pronamp, Pronaf Mais Alimentos, Trator Solidário, Moderfrota, Pró-irriga, Finame, Moderagro, Pró-solo e outros, sendo na agricultura mais voltada as culturas da soja, milho e trigo, enquanto que na pecuária, a bovinocultura de leite, corte e a avicultura, entre outros, através dos bancos do Brasil, Sicredi, Cresol.

Para o futuro, de acordo com os agricultores familiares, os recursos do crédito deverão continuar sendo destinados ao custeio e investimento, sendo no agrícola, voltadas principalmente para as culturas de cereais / grãos (soja, milho e trigo) e na pecuária (bovinocultura, avicultura, suinocultura, piscicultura e outros), bem como, para investimentos em máquinas, equipamentos, infra-estrutura, instalações, entre outros, através dos programas Pronaf, Pronamp, Pronaf Mais Alimentos e Trator Solidário e outros.

Ante os riscos, o pequeno produtor rural, procura se proteger pelo Proagro e ou Seguro Agrícola, bem como, realizando a proteção de preços *hedge* e ou contratos futuros na Bolsa de Mercadorias, via corretoras e cooperativas e empresas do setor.

Respondendo ao problema de pesquisa, as diferentes formas de crédito rural em uso são: Pronaf, Pronamp, Pronaf Mais Alimentos, Trator Solidário, e outros, os quais atendem basicamente o custeio e investimento agropecuário.

De uma forma geral os produtores rurais estão satisfeitos com o crédito rural, o qual contribui para a melhoria da propriedade e seus resultados. No entanto, as suas insatisfações são direcionadas a burocracia, exigências de documentos e trâmites em geral.

Quanto as tendências e cenários futuros, os pequenos produtores rurais preocupam-se com a concentração gradativa das terras pelos grandes e médios produtores rurais, do êxodo rural, da necessidade de diversificação e viabilização da pequena propriedade, com a melhoria da renda e qualidade de vida, entre outros, para a sua manutenção no campo, com isto permanecendo com a família, incluindo os filhos, no meio rural, na continuidade as atividades dos pais, melhorando e abrindo novas perspectivas, enquanto outros, manifestam o desejo de sair da propriedade rural, tem espírito empreendedor, buscam se qualificar, prestar concurso público ou outro, deixando a atividade rural.

Portanto, mister é a participação do Estado, bem como, de empresas e instituições em geral, na economia, para apoiar, fomentar e desenvolver políticas e ações, que privilegiem a agricultura familiar, o minifúndio e a pequena propriedade, mediante linhas de crédito e financiamento, taxas de juros mais acessíveis; carências, prazos e valores compatíveis de pagamento, que viabilizem os negócios, oferecendo mais garantias sobre a produção e preços, valorizando o homem do campo, sob agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BRANCO, S. M. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Moderna, 1990. (Coleção polêmica)

CASTILHO, M. L.; RAMOS, J. M. **Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável**. Calgan Editora Gráfica. Francisco Beltrão, 2003. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/mapa.asp?z=t&o=4&i=P&func=inic&btn=identify&w=1366&h=768&nm6=1&nivt=6&nz=8&uz=4106>>. Acesso em: 24 out. 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Sociais**. 5. ed, são Paulo: Cortez, 2001.

INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Fevereiro de 2000.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

AGRICULTURA familiar no Paraná responde por 43% da produção e abriga 70% do pessoal ocupado. **IPARDES**, Curitiba, 08 out. 2009. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=187>>. Acesso em: 17 out. 2011.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma**. São Paulo: Pioneira, 1984.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Artigo recebido em: Fevereiro/2015

Aceito em: Abril/2015